

Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba

Paulo Giovani Antonino Nunes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NUNES, PGA. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, TB., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 179-214. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba

Paulo Giovanni Antonino Nunes

INTRODUÇÃO

Angela de Castro Gomes considera o conceito de populismo como uma das construções míticas mais importantes do imaginário político e social do Brasil¹. A narrativa do referido conceito parte do princípio de que falta algo ao povo brasileiro, que ele é tolo e desorganizado, embora seja bom, enquanto suas elites têm algo de mau e maquiavélico. Assim,

a capacidade demonstrativa de estudos realizados sobre a prática eleitoral, partidárias e sindical, bem como sobre a formação de movimentos sociais se esmaece. Argumentos como o do crescimento de eleitorado entre 1945 e 1964, o da afirmação dos partidos políticos e o da identificação de fidelidades partidárias entre o eleitorado são vãos. Do mesmo modo, a verificação

1 GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

de que os sindicatos do pré-64 também eram espaços de participação real dos trabalhadores, cujas lideranças mantinham contatos com suas bases, tendo níveis nada desprezíveis de representação, é inócua. A comprovação de que esses trabalhadores souberam usar a Justiça do Trabalho, o discurso trabalhista e os direitos impressos na Consolidação das Leis Trabalhistas para suas lutas, não surte grande efeito. Chamar a atenção para as relações entre o “velho e o novo” sindicalismo e para a presença dos velhos partidos na dinâmica política do pós-64 também não tem resultados muito diferentes².

Segundo Jorge Ferreira³, o conceito de populismo foi concebido a partir das teses da “teoria da modernização” formuladas por Gino Germani e Torcuato di Tella. Suas primeiras formulações foram feitas pelo chamado “Grupo de Itatiaia”⁴ e, posteriormente, mas com o mesmo sentido, por sociólogos da Universidade de São Paulo (USP), que desenvolveram trabalhos sobre o papel dos camponeses na formação da classe operária brasileira⁵. Mas o conceito se consolidou na academia, na imprensa e no imaginário político brasileiro após a derrota das forças trabalhistas com o golpe civil-militar de 1964. Esse processo permitiu “que a noção de populismo surgisse como fator explicativo para a fraqueza do movimento operário e sindical diante da investida, verdadeiramente, fulminante, da direita civil-militar”⁶.

O texto que consolidou a hegemonia desse conceito foi o livro

2 Ibidem, p. 36.

3 FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

4 Grupos de intelectuais que, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a se reunir periodicamente para debater sobre problemas políticos do Brasil. Formados, entre outros, por Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

5 Os sociólogos ligados à USP que desenvolveram esses trabalhos foram: Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Aziz Simão e José Albertino Rodrigues.

6 FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 74.

O populismo na política brasileira, de Francisco Weffort⁷. Esse autor considera que a principal característica do populismo seria a presença de líderes populistas que manipulam e enganam as massas, em geral, de origem camponesa, sem tradição de organização e, portanto, sem consciência de classe. Mas Weffort também afirma que há uma interlocução, uma interação entre Estado e classe trabalhadora e que o populismo também significa atendimento de demandas da classe trabalhadora. Segundo Ferreira, nas análises de Weffort,

[as] relações mantidas entre Estado e classe trabalhadora são conduzidas sob certa tensão, sob certa ambiguidade: ora interlocução, ora manipulação. No entanto, essa última maneira, de cima para baixo, foi a que se firmou nos estudos posteriores, ressaltando-se as passagens em que Weffort analisa de maneira mais caricatural as relações entre as “massas” e os líderes “populistas”: manipulação, emocionalidade, relações individuais, traição, etc.⁸.

Essa tese se firmou no final dos anos 1960. A partir daí, a democracia brasileira, inaugurada em 1945 e finalizada com o golpe civil militar de 1964, passou a ser denominada de populismo:

O sucesso da expressão foi enorme. Inicialmente, desqualificações políticas das direitas e das esquerdas. Depois, avançou para as universidades, recebendo fundamentos teóricos. A seguir, invadiu as páginas da imprensa e, por fim, a linguagem cotidiana da população. O político populista, então, surge como um personagem que agiria de má-fé, mentindo e enganando o povo,

7 WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: 3ª ed., Paz e Terra, 1980.

8 FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 79.

principalmente nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo⁹.

Neste texto, interessa-nos analisar a atuação do movimento sindical brasileiro, mais especificamente, o que atuou no estado da Paraíba, do final dos anos de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, e a repressão que se abateu sobre ela no imediato pós-golpe.

O movimento sindical brasileiro no período trabalhista e o golpe civil-militar

O movimento sindical brasileiro passava por um momento de ascensão na conjuntura do fim do Estado Novo e início do período de redemocratização. Segundo Marcelo Badaró Mattos, “dados sobre a criação de novos sindicatos e o índice de sindicalização confirmou essa retomada: 873 sindicatos foram criados até 1945. Em 1946, surgiram mais 66 sindicatos. Os trabalhadores sindicalizados, que em 1945 somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946”¹⁰. Com o apoio de líderes comunistas, foram criadas organizações intersindicais à revelia da legislação, como o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em setembro de 1946, durante o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro.

Com o início da ‘Guerra Fria’ em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vinha tendo grande crescimento eleitoral desde sua legalização em 1945, foi colocado na ilegalidade e, em 1948, seus parlamentares foram cassados. Essas medidas significaram para o PCB

o término da política de união nacional e o início de uma virada à esquerda, entrando na ordem do dia a luta contra o “governo de traição” de Dutra: o PCB defende greves “a qualquer

9 Ibidem, p. 89.

10 MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 27.

custo”, repudia o corporativismo, exorta aos “sindicatos paralelos” e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a polícia¹¹.

Diante da nova postura do PCB e da repressão do governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra em seu segundo triênio, marcado pelas intervenções do Ministério do Trabalho, pela repressão policial e pela aplicação da legislação que limitava, na prática, o direito de greve em situações excepcionais, uma retomada das ações grevistas só seria possível em 1951, já durante o segundo governo de Getúlio Vargas¹².

De acordo com Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, um dos marcos da retomada do movimento sindical de massas foi a ‘Greve dos 300 Mil’, ocorrida em São Paulo, entre março e abril de 1953. Iniciada na fábrica de Tecido Matarazzo, alastrou-se para outras categorias: metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Em 23 de abril, foi encerrada, depois de 27 dias de paralisação. O saldo da greve foi completamente favorável à classe operária, porquanto

Aumentou a sindicalização, surgiram novas lideranças e as assembleias sindicais tornaram-se mais concorridas. O Pacto de Unidade e Ação (PUA), que decorreu da reorganização do Comitê Intersindical de Greve, obteve com esse movimento “seu grande laboratório de gestação”¹³.

Mas, ainda de acordo com os mesmos autores, a reação não demorou a se manifestar:

Milhares de demissões, listas negras, desrespeito

11 NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – v. 3: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 60.

12 MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 32-33.

13 NEGRO, Antônio; SILVA, Fernando Teixeira da, *op. cit.*, p. 65.

puro e simples dos termos acordados provocaram novas paralisações em maio. Em setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) condicionou o reajuste à cláusula de assiduidade integral dos trabalhadores nas empresas, motivando novas paralisações¹⁴.

Outra greve importante, ainda no ano de 1953, foi a dos marítimos, iniciada em julho, que envolveu 100 mil trabalhadores nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Pode inferir que, “apesar da expressividade do voto operário em Vargas em 1950, os trabalhadores agiam com independência política e manifestavam seu descontentamento com os rumos da economia do país”¹⁵. Nessas greves, verificadas no fim do segundo governo Vargas, já se podia perceber um retorno do PCB ao cenário sindical, que, à revelia das orientações do Partido, começara a estabelecer alianças com os trabalhistas do PTB.

Outro movimento importante do período foi a “Greve dos 400 Mil”, de 15 a 25 de outubro de 1957, considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno grevista, porque,

Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista. E, principalmente, estabeleceu-se que o lugar dos trabalhadores na paz social do nacional-desenvolvimentismo não era absolutamente determinado pelo progresso econômico, mas pela própria experiência operária¹⁶.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

16 Ibidem, p. 74.

Em 1959, houve a luta pelo abono de Natal. Os sindicatos remeteram petições ao Congresso Nacional em favor do projeto de lei, de autoria do deputado Aarão Steinbruch, que propunha a concessão desse benefício. Negados os pedidos, os trabalhadores sustentaram campanhas de pressão até sua acolhida em 13 de julho de 1962. Teve destaque também a ‘Greve dos 700 Mil’, ocorrida no segundo semestre de 1963, voltada para as campanhas salariais, no sentido de unificar as várias categorias de trabalhadores. A volta ao trabalho só aconteceu quando uma Comissão de Greve negociou um acordo válido para os 700 mil trabalhadores, independentemente de os entendimentos terem ocorrido em particular. Na prática, um patamar mínimo universal fora atingindo¹⁷. Segundo John Foster Dulles “vários empresários se determinaram a derrubar Jango após a ‘Greve dos 700 Mil’”¹⁸.

Um fato relevante para o diálogo entre o movimento sindical e o governo federal foi a nomeação de João Goulart para Ministro do Trabalho, em substituição a Segadas Vianna:

Jango criou um novo estilo de atuação política no ministério: suspendeu as intervenções nos sindicatos, minimizou a repressão, não perseguiu comunistas; em seu gabinete, informalmente, atendia num único dia grande número de dirigentes sindicais, e defendeu um projeto nacionalista de reformas sociais, com participação ativa dos trabalhadores¹⁹.

Esse estilo de prática política levou a uma grande oposição do empresariado, que chegou ao ápice com sua proposta de duplicar o salário mínimo, o que levou à sua demissão, já em fevereiro de 1954.

Outro elemento marcante dessa retomada do movimento

17 Ibidem, p. 82 e segs.

18 DULLES, John Foster. **Unrest in Brazil**. Austin: University of Texas, 1970, p. 243 *apud* NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira, *op. cit.*, p. 86.

19 NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira, *op. cit.*, p. 65.

depois da ‘Greve dos 300 Mil’ foi a criação de *Intersindicais*, que, como vimos, não eram permitidas pela legislação vigente. Já no decurso da referida greve, surgiu o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que motivou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes do PCB, assim como acolheu lideranças sindicais janistas e ademaristas. Fracionado pelo faccionismo, foi dissolvido em 1959 e deu lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CSI). Ao contrário do PUI, a direção do CSI foi ancorada nas federações, e não, nos sindicatos, o que a distanciou da pressão vinda das bases²⁰.

O auge da organização dos trabalhadores brasileiros, no período trabalhista, se deu com a criação, em agosto de 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que

Nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil²¹.

Ainda segundo Negro e Silva, o CGT, que se caracterizava por posições nacionalistas, por uma modernização de caráter redistributivista e por reformas sociais, tinha como principais bandeiras de luta o controle das remessas de lucro para o exterior, a restrição aos investimentos estrangeiros, o direito de voto aos analfabetos, aos cabos e aos soldados, a ampliação da organização dos trabalhadores rurais, a reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência, o fortalecimento da presença do

20 Ibidem, p. 71.

21 Ibidem, p. 72.

Estado na economia e nas empresas nacionais etc. Enfim, as mesmas posições da maioria da esquerda e dos setores nacionalistas e trabalhistas ligados a Goulart:

Tão ambiciosas metas faziam parte de uma estratégia de conquista de legitimidade entre os trabalhadores por meio da construção de uma identidade nacional imbuída de objetivos comuns e visíveis a todos, levando o país de um estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento industrial, acompanhado de justiça social. Foi nesse sentido que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir dessas entidades qualquer mobilização política²².

Diante dessa estratégia de envolvimento nas questões políticas, além das de caráter meramente sindical, o CGT se envolveu diretamente em várias campanhas marcantes durante o governo Goulart. Em agosto de 1961, por exemplo, desempenhou papel de destaque na “greve da legalidade”, que tinha como objetivo empossar João Goulart Presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Em julho de 1962, fez uma greve por um “gabinete nacionalista e democrático”, visando escolher um Primeiro Ministro comprometido com as reformas de base. Em setembro do mesmo ano, decretou a greve geral “pelo plebiscito”, que visava ao retorno do regime presidencialista²³.

O envolvimento nessas lutas aponta para um apoio do CGT ao projeto trabalhista de João Goulart. Mas, mesmo assim,

O CGT não deixou de manter uma certa

22 Ibidem.

23 Ibidem, p. 73.

independência. No afã de radicalizar a luta, contrariou muitas vezes o presidente da República, que temia que os avanços do movimento sindical acirrassem os ânimos conspirativos das forças golpistas, que não paravam de acusar Jango de estar interessado em fundar uma “República sindicalista” no país. O fato é que as lideranças do CGT não estavam comprometidas unicamente com os planos de reforma nacional, mas também com os trabalhadores, participando de greves e reivindicações de inúmeras categorias profissionais de empresas públicas e particulares²⁴.

Então, ainda de acordo com os autores, percebe-se que o movimento sindical do período 1945 até o golpe civil-militar de 1964, apesar da vinculação com a maioria dos governos do período – a exceção foi o do General Dutra – não foi simplesmente manipulado por líderes ‘populistas’, sem inserção nas bases cupulistas, enfim, ‘pelegos’, mas ao contrário, “ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo”²⁵.

Em relação específica ao caso do estado da Paraíba, o final do período trabalhista²⁶ foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. Na década de 1960, foi criada, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir dessa entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e a dar apoio aos diversos movimentos

24 Ibidem.

25 Ibidem, p. 91.

26 O governador do estado da Paraíba, Pedro Gondim, apesar de ser originário do PSD, pelo qual foi eleito vice-governador, e depois de ter sido eleito governador pelo PDC, com o apoio dos conservadores da UDN, teve, em vários momentos de seu governo, uma postura muito próxima das práticas trabalhistas formuladas e desenvolvidas pelo PTB, principalmente no governo de Vargas e, posteriormente, no de Goulart.

reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo²⁷.

De acordo com Eltern Campina Vale²⁸, no final da década de 1950, havia cerca de 33 sindicatos de trabalhadores urbanos na Paraíba. O Sindicato Têxtil de Rio Tinto era, no período, o maior do estado, com mais de quatro mil associados. Entre 1951 e 1960, esse Sindicato teve como presidente João Batista Fernandes²⁹ e se caracterizava por ter uma prática mais assistencialista e de praticamente nenhum confronto com a direção da fábrica. Em contrapartida, com a eleição de Antônio Fernandes de Andrade, em 1960, o Sindicato passou a ter uma postura mais combativa e de enfrentamento com a família Lundgren, proprietária da fábrica e da cidade³⁰.

Um dos primeiros conflitos entre a nova direção do Sindicato com a família Lundgren aconteceu em meados de 1961, quando o prefeito de Rio Tinto, Severino Silva dos Santos, filho de um dos mandatários da fábrica, Arthur Lundgren, mudou o dia da feira da cidade de domingo para sábado, dia em que a fábrica funcionava normalmente, o que, portanto, passaria a prejudicar os trabalhadores, que reagiram imediatamente liderados pelo Sindicato e, como resultado, a feira voltou a ser realizada no domingo novamente. Ainda em 1961, no mês de setembro, houve uma ameaça de greve, quando a fábrica tentou reorganizar os turnos de trabalho para escapar da taxa adicional. Com a reação dos trabalhadores, a direção da fábrica desistiu dessa mudança³¹.

27 Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem iria dar o tom das manifestações populares desse período, foi o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

28 VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

29 Em agosto de 1963, ele foi eleito prefeito de Rio Tinto e acumulou a referida função com a de Presidente do Sindicato dos Têxteis.

30 A cidade-fábrica de Rio Tinto, voltada para a produção têxtil, foi instalada no estado da Paraíba em 1924, por iniciativa da família Lundgren, de origem sueca. Essa família já era proprietária de estabelecimento similar na cidade de Paulista, em Pernambuco, e de uma cadeia de lojas comerciais, as Casas Pernambucanas, entre outros empreendimentos.

31 VALE, Eltern Campina, *op. cit.*, p. 295 e segs.

Também na gestão de Antônio Fernandes de Andrade, o Sindicato Têxtil de Rio Tinto se aliou à Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Paraíba e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e passou a enviar delegados da categoria para Encontros Sindicais em outros estados. Enfim, conclui Vale, “a gestão de Antônio Fernandes corresponde à tentativa de ampliar as conquistas dos trabalhadores e defender o cumprimento da lei”³².

Diante dessa atuação mais combativa de Antônio Fernandes na presidência do Sindicato Têxtil, os Lundgrens se mobilizaram para derrotá-lo nas eleições do Sindicato em 1962, apoiando o antigo presidente, João Batista Fernandes. A direção da Companhia de Tecidos Rio Tinto chegou a oferecer cinco mil cruzeiros para cada eleitor do Sindicato que votasse em João Batista, mas, “mesmo com a interferência da fábrica, os resultados foram surpreendentes: Antônio Fernandes foi reeleito presidente do sindicato, impondo uma derrota política aos Lundgrens”³³.

Outro Sindicato bastante atuante no período foi o dos Bancários, presidido, desde 1951, por Luiz Hugo Guimarães, que, em 1962, também seria eleito presidente estadual do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em seu livro de memórias, relatou assim sua trajetória como sindicalista:

No movimento bancário cheguei à presidência do Sindicato, em 1951, e por anos sucessivos fui mantido na liderança da classe, até 1964. O cargo me permitiu uma participação mais ativa no movimento trabalhista brasileiro. Participei da Comissão de Salário Mínimo da Paraíba; da Justiça do Trabalho, como vogal dos empregados; liderei e organizei o I Encontro dos Trabalhadores da Paraíba, em Rio Tinto, em 1962; participei da organização do Conselho Intersindical dos Trabalhadores, depois transformado em CGT; exerci os cargos de Vice-Presidente da

32 Ibidem, p. 311.

33 Ibidem, p. 310.

Federação dos Bancários Norte-Nordeste e Delegado na Confederação dos Bancários (CON-TEC); colocado à disposição da Assessoria Sindical do Presidente João Goulart, pelo Banco do Brasil, pude participar do movimento sindical, conhecendo os meandros e bastidores da luta do trabalhador³⁴.

A categoria dos bancários criou Comissões de Empresa, por meio das quais a categoria poderia se mobilizar bem mais. Segundo o secretário do Sindicato, João da Cruz Fragoso, “essa prática tornou a mobilização tão forte, que greves, antes quase impen-sáveis, já contavam com o apoio da grande maioria dos colegas, como foi exemplo na conquista do 13º”³⁵.

Assim, os bancários da Paraíba organizaram o I Congresso Estadual dos Bancários, com o objetivo de discutir sobre questões inerentes às demandas da categoria e questões mais amplas, como as ligadas às chamadas Reformas de Base, propostas pelo governo de João Goulart e pelas várias correntes de esquerda que o apoiavam. Segundo Fragoso, “foi, com toda certeza, o maior evento de estudos políticos de uma categoria de trabalhadores, até então, na Paraíba”³⁶. O Sindicatos dos Bancários também se envolveu na construção do CGT na Paraíba e no apoio às Ligas Camponesas.

Em 1958, foi criada por todos os sindicatos das indústrias da Paraíba a Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado, reconhecida pelo Ministério do Trabalho ainda no mesmo ano. Os trabalhadores das indústrias, com o apoio da referida Federação, desencadearam algumas greves importantes no início dos anos de 1960. Segundo informações de Rivaldo Cipriano da

34 GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita**. João Pessoa: FUNESC, 2002, p. 16.

35 Depoimento de João da Cruz Fragoso à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, em 26 de novembro de 2013.

36 Ibidem.

Costa³⁷, secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, algumas greves importantes foram realizadas no início dos anos de 1960. Em 1962, no começo de março, os trabalhadores das Usinas Santana, em Santa Rita, e Monte Alegre, em Mamanguape, sob a orientação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de João Pessoa, paralisaram suas atividades por tempo indeterminado, para reivindicar melhores salários, e conseguiram um aumento de 25%. Ainda em 1962, os trabalhadores da Indústria de Pesca e da Extração da Baleia, com sede em Costinha, distrito de Santa Rita, também entraram em greve por melhores salários. O movimento foi liderado pelo Sindicato da Pesca e da Extração do Óleo de Baleia, que conquistou um aumento de 30% nos salários.

O período do governo do Presidente João Goulart foi bastante tenso. Com grande radicalização tanto no campo da esquerda quanto no da direita política, tentou conviver entre as várias forças em conflito, ora tendendo para um lado, ora para outro. Mas, diante da conjuntura, o governo de Goulart finalmente se decidiu por uma postura mais esquerdista. Foi no comício da Central do Brasil (a principal estação de trem do Rio de Janeiro), no dia 13 de março de 1964, que João Goulart deu, de fato, uma guinada para a esquerda. Esse comício foi organizado pelo CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reformas de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que fossem aprovados rapidamente os projetos encaminhados pelo Poder Executivo.

A maioria dos discursos foi marcada pelo radicalismo político. O Presidente da UNE, José Serra, exigiu a extinção da “política de conciliação” do Presidente da República para efetivar todas as medidas de amparo e de garantia às classes populares. Serra também atacou aqueles que defendiam o fechamento do CGT e exaltou,

37 O depoimento de Rivaldo Cipriano da Costa foi prestado em 1996 ao gabinete do deputado estadual Zenóbio Toscano, visando seu processo de indenização por perseguições durante a ditadura militar. Esses documentos se encontram sob a guarda da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

como uma realidade animadora no quadro político brasileiro, a presença das “classes dos sargentos que emerge para as lutas populares”. Miguel Arraes, governador do estado de Pernambuco, afirmou que “o povo exige atos e definições cada vez mais concretos. Ninguém se iluda, esse país jamais será governado sem o povo. O povo está de olhos abertos, não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. A unidade das forças populares é consciente, apesar das divergências de superfície”. Leonel Brizola, por sua vez, falando em nome da Frente de Mobilização Popular, defendeu o fim da “política de conciliação” do Presidente e a formação de um governo popular e nacionalista que representasse a vontade do povo e atendesse às suas aspirações. Afirmou ainda que, para isso, seria preciso fechar o Congresso Nacional e convocar uma Assembleia Constituinte como soluções para o “impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário” e defendeu que o novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos “autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo”³⁸. Já Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e as ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, a eleitoral, a universitária e a constitucional e anunciou que, nos dias subsequentes, decretaria algumas medidas em “defesa do povo e das classes populares”. Nesse seu discurso, Goulart atacou a “democracia dos monopólios nacionais e internacionais”, a “associação de classes conservadoras”, a “mistificação do anticomunismo”, a campanha dos “rosários da fé contra o povo”, os “privilégios das minorias proprietárias de terras”, etc.³⁹.

38 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – v. 3: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 383-384.

39 TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: 5.ed., Brasiliense, 1984, p. 95 e segs.

Ao mesmo tempo em que ocorria o comício da Central do Brasil, as organizações das mulheres elaboravam manifestações contrárias à sua realização, utilizando-se de símbolos religiosos. Segundo Solange Simões, além de divulgar na imprensa a ideia de que o comício era comunista e totalitário, “organizaram um protesto silencioso, mas ideologicamente eficaz, pedindo a todas as famílias da Zona Sul do Rio para acederem uma vela em suas janelas na hora exata do comício”⁴⁰. Ao mesmo tempo em que se iniciava o referido comício, a entidade que organizava as mulheres em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), rezava o terço na Praça da Sé pela salvar o Brasil.

Depois do comício da Central do Brasil, as entidades femininas organizaram passeatas de ‘desagravo do rosário’, que, segundo elas, tinha sido ofendido por João Goulart e, posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais, as ‘Marchas da Família com Deus pela Liberdade’, que foram grandes manifestações contra o governo de Goulart.

Também, depois do referido comício, o General Castelo Branco fez considerações críticas à situação político-institucional do país e à chamada ‘Revolta dos Marinheiros’. No dia 26 de março de 1964, mais de 1.000 marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara (nome anterior do atual estado do Rio de Janeiro), para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Na ocasião, um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes, insubordinou-se e se solidarizou com os revoltosos. Essa sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levaram a um consenso dos oficiais militares contra ele:

A anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de ideias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira

40 SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93.

como eles davam significado às suas instituições encontrava-se subvertido. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era 'ser militar', esfacelaram-se. Por suas atitudes e declarações, os oficiais da Marinha de Guerra ficaram convencidos de que o novo ministro tinha sido escolhido por Goulart a partir de uma lista tríplice indicada pelo CGT. Para a oficialidade, tudo não passava de subversão de valores, hierarquias e códigos longamente estabelecidos e compartilhados. Feridos de morte em sua dignidade profissional, declararam-se em assembleia permanente, recusando-se a entrar nos navios. A maioria dos oficiais das três Forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar⁴¹.

Ainda de acordo com Jorge Ferreira, Goulart e o CGT não perceberam a gravidade do episódio. Acreditaram ter sido algo sem importância. Mas a reação foi violenta. Os editoriais dos jornais atacaram duramente o Presidente. Magalhães Pinto, governador do estado de Minas Gerais, lançou manifesto, altos escalões das Forças Armadas e parlamentares cobraram de Goulart a manutenção da ordem. Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, no Clube Naval, congratularam-se com o chefe do Estado-Maior por defender a disciplina. Em rebelião passiva, a oficialidade da Marinha continuou recusando a volta aos navios.

Para completar o quadro de conflitos, Goulart compareceu a uma reunião no Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita, afirmando que a tentativa

41 FERREIRA, Jorge. O governo..., *op. cit.*, p. 389.

de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada. O presidente denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocava a crise que o país vivia. Também denunciou o dinheiro espúrio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), das empresas estrangeiras, prejudicadas com a Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, dos comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam alugueis em dólares. Quanto à questão da crise militar, ele apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, “fundada no respeito mútuo entre comandante e comandados”. Nesse pronunciamento, Goulart afirmou que “a disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados”. Essa sua maneira de entender a disciplina e a hierarquia deu mais argumentos aos militares insatisfeitos com o presidente⁴².

Na madrugada do dia 31 de março, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Minas Gerais, ordenou que suas tropas se movimentassem em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros. Também recebeu o apoio do General Amaury Krueel, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, sugerindo que ele se afastasse do CGT, da UNE e de outras entidades “subversivas” para se manter no poder. Goulart recusou, e o golpe foi desencadeado. João Goulart resolveu não resistir, apesar dos apelos de vários de seus aliados⁴³. Segundo Carlos Fico,

ante a ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu ‘dispositivo militar’, que supostamente resistiria à iniciativa golpista de direita. Teria tomado com facilidade o Palácio Guanabara, onde estava o governador

42 Ibidem, p. 390-391.

43 TOLEDO, Caio Navarro, *op. cit.*, p 103 e segs.

Carlos Lacerda, que se defendia precariamente. Poderia ter dispersado as tropas de Mourão, através de ação de uns poucos aviões bombardeiros. Porém, pretendeu evitar uma “guerra civil”, ou apenas avaliou que seria inútil resistir⁴⁴.

O senador do PSD pelo estado de São Paulo, Auro de Moura Andrade, que era presidente do Senado e presidia o Congresso Nacional, formalizou a declaração de vacância do cargo, através de um pedido enviado pelo chefe da Casa Civil de Goulart, Darcy Ribeiro, que pretendia o oposto. O ofício de Darcy Ribeiro, dirigido ao presidente do Congresso, dizia:

O senhor presidente da República incumbi-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investido na chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais com o seu ministério⁴⁵.

Em sessão bastante tumultuada, o Congresso aprovou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo. O Judiciário também foi conivente com o golpe, pois o presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro Costa, foi ao Palácio do Planalto para legitimá-lo.

Na Paraíba, nada indica que o governo estadual, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e

44 FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 18.

45 *Ibidem*, p. 18.

de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, não tinha uma posição definida, tampouco homogênea, a ser assumida, pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o governo federal e a adesão imediata ao golpe, enquanto outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart⁴⁶.

No dia do golpe, o governador Pedro Gondim sofreu pressão dos militares para aderir. Contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembleia Legislativa, Antônio Vital do Rêgo. A partir desse momento, ao perceber a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário, Sílvio Porto, elaborou uma nota de apoio ao movimento golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril. Na referida nota, afirmou Gondim:

Não posso e não devo, nesse instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos.

Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E nesse sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.

Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas

46 CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Idéias, 1998, p. 149.

hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.

O movimento que eclodiu nessas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.

O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, nesse episódio e, sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático⁴⁷.

Essa decisão garantiu-lhe não apenas sua permanência à frente do Governo do Estado, como também a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à “revolução” seria de forma absoluta e inquestionável⁴⁸.

Repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe na Paraíba

Apesar de o presidente empossado no lugar de João Goulart ser o deputado Ranieri Mazzili, quem, na verdade, dava as diretrizes no governo era o Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Oito dias depois do golpe, o referido Alto Comando promulgou o Ato Institucional No 1 (AI-1), que, entre outras coisas, limitava os poderes do Congresso

47 *Apud* MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004, p. 135-136.

48 CITTADINO, Monique, *op. cit.*, p. 151.

Nacional, do Judiciário, os direitos individuais, lançava as bases para os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e autorizava a cassação de mandatos parlamentares.

No dia 15 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República de forma indireta por um Colégio Eleitoral, inicialmente para concluir o mandato do Presidente deposto, João Goulart. Castelo Branco, através de decreto-lei que institui os IPMs já previstos no AI-1, dava início à chamada “Operação Limpeza”. Os referidos inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades “subversivas”.

A chamada “Operação Limpeza” se expressou, principalmente, através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe. Segundo Maria Helena Moreira Alves, “manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes”⁴⁹.

Um dos setores atingidos pela chamada “Operação Limpeza” foi o dos sindicatos de trabalhadores urbanos, que se estruturavam segundo a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), criada no governo de Getúlio Vargas em 1943, mas não sofreram mudanças em sua estrutura, no chamado período democrático de 1945 a 1964, apesar de terem tido mais liberdade para defender os interesses dos trabalhadores. Assim,

no caso dos sindicatos trabalhistas, bastou aplicar ao pé da letra as normas de controle da Consolidação, herança de um período – o do Estado Novo – de forte influência fascista. Uma dessas normas autorizava o Ministério a intervir nos sindicatos e afastar seus dirigentes eleitos por

49 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: 4.ed., Vozes, 1989, p. 66.

simples decreto-lei, sem possibilidade de recurso. O decreto-lei foi publicado no *Diário Oficial da União*, sendo os novos dirigentes nomeados diretamente pelo Ministério do Trabalho. O Ministério também tinha poderes para anular eleições, vetar a candidatura de qualquer líder sindical e reconhecer legalmente os sindicatos ou retirar esse reconhecimento⁵⁰.

Como já frisamos, a estrutura sindical montada por Vargas não foi modificada no período democrático, apesar de não ter sido utilizada com muita intensidade, principalmente, do segundo governo Vargas, até o governo de João Goulart. Mas, como não foi reformulada em seus aspectos repressivos, a coalizão civil-militar, que tomou o poder através de um golpe, “encontrou pronta uma estrutura legal repressiva para o controle dos sindicatos, e efetivamente recorreu a ela”⁵¹.

Ainda de acordo com Alves, no Brasil, existiam, em 1964, sete confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. No primeiro ano do governo militar, foram afastados, dentro da estratégia da “Operação Limpeza”, membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. Além disso, três outros sindicatos sofreram ‘intervensões brancas’, pelas quais líderes eleitos foram afastados sem publicação de decretos específicos. Uma eleição foi cancelada por alegadas atividades subversivas, e o governo extinguiu totalmente um sindicato⁵².

As intervenções ocorridas em 1964, após o golpe civil-militar, foram geralmente justificadas por três razões:

Os funcionários dos sindicatos, federações ou confederações haviam desaparecido, e o Ministério presumiu abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis; os responsáveis

50 Ibidem, p. 69.

51 Ibidem.

52 Ibidem, p. 69-70.

sindicais eram subversivos; ou o comandante militar da região fora obrigado a 'ocupar as instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas'⁵³.

Todas as organizações intersindicais paralelas criadas no período democrático, não previstas na CLT, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC), foram extintas. Na Paraíba, depois do golpe civil-militar, abateu-se uma forte repressão sobre vários setores da sociedade civil, e o movimento sindical foi um dos mais atingidos⁵⁴. O presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto e também prefeito da mesma cidade, Antônio Fernandes de Andrade, juntamente com camponeses ligados às Ligas Camponesas, tentou uma reação ao golpe, tomou a fábrica de tecidos, paralisou suas atividades e isolou os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou preso por seis meses. Na ocasião, ele também perdeu o mandato de Prefeito de Rio Tinto, como podemos ver neste Projeto de Resolução da Câmara Municipal:

Câmara Municipal de Rio Tinto

Resolução nº35

Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no

53 Ibidem, p. 70.

54 Com relação à repressão ao movimento sindical da Paraíba no imediato pós-golpe civil-militar, desenvolvi aqui uma narrativa similar a que fiz no Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Ver GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório da Comissão da Verdade**. João Pessoa: A União, 2014, p. 102 e segs.

dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.

Artigo segundo – pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.

Artigo terceiro – Considerando que o Sr. Prefeito municipal, face às suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que à frente do executivo municipal, acompanhado do vice-prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve essa Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.

[...]

Mario Ferreira de Souza – Presidente

Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário

Celso de Lima Catolé – Segundo secretário⁵⁵.

Aconteceram intervenções em várias entidades sindicais no estado da Paraíba, tanto em sindicatos quanto em federações, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado

55 Cf. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

e, em seu lugar, foi colocado, como interventor, o antigo presidente de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. O presidente João Ribeiro Filho, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba (FTIEPb) foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos. No Sindicato dos Empregados, em estabelecimentos bancários da Paraíba, também houve intervenção, como podemos ver nesta Portaria da DRT, de 8 de abril de 1964:

O Delegado Regional do Trabalho e Previdência Social no Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que vários Sindicatos da categoria profissional incorreram nas proibições previstas pelo artigo 525 nas alíneas “a”, “d” e “e” do artigo 521, tudo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; Considerando o disposto nos decretos 9.085/46 e 23.046/47 e jurisprudência firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça de 30.1.1950; Considerando, ainda, que diversos dirigentes sindicais fecharam, inexplicavelmente, as sedes de seus sindicatos e se ausentaram para destino ignorado, deixando os mesmo sem assistência e sem orientação, constando nessa situação o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, RESOLVE, com apoio no artigo 528, na Consolidação das Leis do Trabalho, nele intervir em face de se achar incurso nos já mencionados artigos 521 e 525 do mesmo Diploma Legal, e, ainda, em vista das circunstâncias decorrentes do atual movimento de Renovação Democrática vitorioso em todo o território Nacional, designando interventor para esse Sindicato o associado GERALDO TEXEIRA DE CARVALHO, com

a missão de proceder nova eleição no prazo de noventa (90) dias (art. 554). RECORRO, ex-officio dessa decisão para Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ao Interventor, para tomar conhecimento. CUMpra-SE. (as) Elpídio Cavalcante de Oliveira⁵⁶.

Depois do golpe, o presidente do Sindicato dos Bancários, Luiz Hugo Guimarães, teve que fugir, pois foi informado de que estava sendo procurado e podia ser preso a qualquer momento. Segundo João da Cruz Fragoso, secretário dessa entidade, ele e outros dirigentes, como Antônio Aragão Filho e o funcionário Fernando Melo, resolveram se “entrincheirar” no Sindicato até que a Polícia Civil, comandada pelo investigador Maffei, invadiu aquele órgão de classe, expulsou todos os que lá se encontravam e levou preso o funcionário Fernando Melo. Assim, não houve abandono do Sindicato, como argumentou a DRT para intervenção. De acordo com João da Cruz Fragoso,

a 7ª DRT, mesmo que lemos em consideração o medo de represálias, cometeu um equívoco ao declarar que a Diretoria havia abandonado o Sindicato dos Bancários, pois já foi dito, a Polícia expulsou-a de lá, aliás, seria inconcebível deixar um sindicato, atuante domo o dos Bancários, funcionando com a mesma Diretoria, em pleno momento revolucionário⁵⁷.

Na Paraíba, como exemplo do que aconteceu em todo o Brasil, várias pessoas – políticos, líderes sindicais urbanos e rurais, funcionários públicos etc. – também foram denunciadas nos inquéritos policiais militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino, acusados de subversão e ligações com o Partido Comunista

56 Ibidem.

57 Ibidem.

Brasileiro.

Foram denunciados líderes do movimento sindical urbano, como Luís Hugo Guimarães, Antônio Fernandes de Andrade, João Ribeiro Filho e Luiz Bernardo da Silva:

Luís Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 anos, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] Era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Antonio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.

João Ribeiro Filho, brasileiro, 36 anos, [...] sapateiro [...] integrava a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional. Na função de Presidente dos Trabalhadores da Indústria, retransmitiu um telegrama da CNTI aos sindicatos filiados, assinado por Dante Pelacani, de teor subversivo.

Luiz Bernardo da Silva, brasileiro, [...] integrava o Comando Geral dos Trabalhadores de João Pessoa, onde ocupava cargo de Secretário, tendo

comparecido as reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores Nacional. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era atuante e Membro de Destaque (Secretário do CGT) do Partido Comunista Brasileiro⁵⁸.

Nesse Inquérito Policial-Militar, comandado pelo Major Ney de Oliveira Aquino, um grande número de pessoas foi indiciado sob várias acusações, a saber: de terem participado da ocupação da Faculdade de Direito, assinado carta dirigida ao Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participado de reunião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Frente de Mobilização Popular (FMP), participado de reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assinado manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e uma proclamação revolucionária do deputado federal e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião; de executar tarefas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de terem participado do Departamento de Educação Fundamental da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e de aniversário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de terem frequentado a sede do Centro de Estudos Socioeconômicos da Paraíba (CESE), de integrar a Ação Popular (AP) e de terem coletado assinaturas para legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵⁹.

Outro Inquérito Policial-Militar instaurado no mês de junho de 1964 destinou-se a apurar participação no chamado “Grupo dos Onze”, organização criada pelo então deputado federal, Leonel Brizola, em 1963. Comandado pelo Major José Benedito

58 **Inquérito Policial Militar.** Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória, Centro de Educação/UFPB.

59 SILVA, Waldir Porfírio da. **Indiciados pelo IPM da “Subversão” na Paraíba.** João Pessoa, mimeo., 2013.

Montenegro de Magalhães Cordeiro, esse IPM indiciou 83 paraibanos⁶⁰. De participação no “Grupo dos Onze”, foram denunciados pelo promotor militar, Francisco de Paula Accioly Filho, dois membros do Sindicato dos Bancários, Antônio Aragão Filho e Luiz Hugo Guimarães, que já haviam sido denunciados no chamado IMP da Subversão:

ANTÔNIO ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado [...] 26 anos de idade [...] funcionário do Banco do Nordeste [...]. Exercia funções no escritório de José Gomes da Silva, onde funcionava uma célula comunista. Foi preso em 1951 em companhia de outras pessoas portando material de natureza subversiva. Infringiu, assim, o artigo 99 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;
LUIZ HUGO GUIMARÃES, brasileiro, casado, [...] 39 anos de idade [...] bancário e advogado [...]. Confessou ter dirigido o C.G.T, durante seis meses, tendo comparecido a reuniões dos Presidentes do CGT no Rio de Janeiro. É fichado no DOPS. Está incurso, nas sanções penais dos artigos 7º, 9º e 12 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953⁶¹.

Além de responder aos IPMs, alguns líderes sindicais da Paraíba sofreram vários tipos de perseguição. O presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Luiz Hugo Guimarães, por exemplo, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), do dia 09 de abril de 1964. Foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários, preso e removido para a Ilha de Fernando de Noronha, no dia 29 de abril de 1964, e solto em junho do mesmo ano. A seguir, foi transferido da agência do Banco do Brasil, onde trabalhava, para outra, no estado de Rondônia, e, em 1970, foi aposentado com vencimentos proporcionais ao

60 SILVA, Waldir Porfirio da. **O IPM do Grupo dos Onze**. João Pessoa, mimeo., 2013

61 **Jornal do Comércio**, 29 dez. 1966 *apud* GUIMARÃES, Luiz Hugo, *op. cit.*, p. 148.

tempo de serviço. Também foi demitido de seu emprego de professor catedrático interino na Universidade da Paraíba, conforme podemos ver no Decreto do Presidente da República, General Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, no dia 28 de setembro de 1964:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, parágrafo 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado em Investigações Sumárias de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, na Universidade do Rio Grande do Sul, resolve.

DEMITIR: Os Professores Catedráticos, interinos, Francisco de Assis Lemos de Souza e Luiz Hugo Guimarães, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba e Agassiz de Amorim e Almeida, da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da mesma Universidade, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

Brasília, 25 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. Castelo Branco

Flávio Lacerda⁶².

Já o secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Frago, foi destituído de um cargo de chefe de Seção, que exercia no Banco do Nordeste, e transferido da Agência onde trabalhava, em João Pessoa, para outra na cidade de Tauá, no Ceará. Por fim, no ano de 1966, foi demitido do Banco sob a alegação de justa causa. João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores

62 **Diário Oficial da União** 28 jul. 1964 *apud* GUIMARÃES, Luiz Hugo, *op. cit.*, p. 151.

na Indústria do Estado da Paraíba, também sofreu uma série de punições: foi cassado e afastado da presidência da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba; demitido do cargo de conselheiro da COAP-PB; destituído da função de vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho; destituído da função de 1º suplente (estava, na ocasião, no exercício da função em virtude do afastamento do titular, licenciado por motivos médicos) de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI; destituído da função de membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba; dispensado, sem justa causa, do emprego que ocupava, em 31 de março de 1964; foi preso em 03 de abril de 1964 e solto em 18 de maio do mesmo ano com a determinação de que não poderia ausentar-se da cidade de João Pessoa-PB. Rivaldo Cipriano da Costa, secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, foi deposto de todas as suas funções sindicais. Sua prisão preventiva foi decretada em abril de 1964, ficou foragido por algum tempo e apresentou-se no dia 26 de junho daquele ano para responder ao IMP. Na ocasião, foi preso no 1º Grupamento de Engenharia. Solto 68 dias depois, continuou respondendo processo na 7ª Auditoria Militar, com sede em Recife⁶³.

Também houve casos de tortura contra sindicalistas no imediato pós-golpe na Paraíba, como foi o caso do bancário Boanerges Timóteo de Souza, do Banco Comercial e Industrial da Paraíba, conforme depoimento do secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

Estávamos numa reunião de rotina no Sindicato, na noite de 31 de março, quando chegou uma pessoa avisando que Boanerges Timóteo de Souza, bancário do Banco Comercial e Industrial da Paraíba (Banco esse da família Ribeiro

63 Cf. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Coutinho) fora preso num comício em Cruz das Armas. Boanerges foi preso e entregue ao delegado da Polícia Civil Sílvio Neves que torturou barbaramente, quebrando seu braço, rompendo os pontos de uma recente cirurgia de amígdalas, causando-lhe tantos sofrimentos que atingiu suas faculdades mentais, o que motivou, no futuro, seu afastamento precoce do Banco do Brasil, para o qual tinha sido nomeado⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que o movimento sindical brasileiro vivia um momento de muita combatividade e inserção na política brasileira, no momento que antecedeu o golpe civil-militar, inclusive em estados menos industrializados, como era o caso da Paraíba. Portanto, a tese de que ele era cupulista, sem consciência de classe e facilmente manipulado por políticos ‘populistas’ não se sustenta. Entendemos que o conceito trabalhismo, desenvolvido por Ângela de Castro Gomes, no livro *A invenção do trabalhismo*⁶⁵, explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido de compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender, de alguma forma, às suas demandas.

O fato de o movimento sindical não ter resistido ao golpe se explica por vários outros fatores, que vão além de uma possível fragilidade no período, principalmente porque o presidente deposto havia optado pelo não confronto com receio de levar o país a uma guerra civil e a uma possível ocupação estrangeira, especificamente dos Estados Unidos. Se o movimento sindical brasileiro realmente fosse frágil, não teria sido alvo de uma repressão tão forte, tanto no imediato pós-golpe, como em momentos posteriores, quando se tentou organizar novamente, como nas experiências de Contagem e Osasco, em 1968, quando foram

64 Ibidem.

65 GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

brutalmente reprimidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Idéias, 1998.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano** – v. 3. O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: Ensaio de história cultural, história política**

e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-41.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. João Pessoa: A União Editora, 2014.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita**. João Pessoa: FUNESC, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. **Revista Perspectiva Histórica**, v.2, n.3, p.35-55, jul/dez. 2012.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Indiciados pelo IPM da “Subversão” na Paraíba**. João Pessoa, 2013. (mimeo).

SILVA, Waldir Porfírio da. **O IPM do Grupo dos Onze**. João Pessoa, 2013. (mimeo).

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – v. 3**. O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47-96.

SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo História**: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ Universidade Federal do Ceará, 2008.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ACERVOS DOCUMENTAIS

Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: história e memória. Centro de Educação/UFPB.